

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2023 DE 09/03/20234**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**ASSUNTO: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PARECER:**

O projeto de Lei Complementar nº 001/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, tem como escopo a regularização e o recebimento dos créditos do Município relativos ao IPTU, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria, Contribuição de Iluminação Pública, Multa resultante do Poder de Polícia, do Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON e Pro-Moradia, para os fatos geradores ocorridos até 31/12/2022, constituídos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, ajuizados ou a ajuizar, com a exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de tributo declarado ou retido, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de tributo declarado ou retido (art. 1º, *caput*), pretende instituir o REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, concedendo anistia sobre multa de mora e juros de mora no patamar de até 100% (cem por cento) para pagamento à vista, ou em 4 (quatro) parcelas, sendo a primeira até o dia seguinte ao do requerimento da opção e as demais no dia 10 (dez) de cada mês subsequente, 80% (oitenta por cento) para parcelamento em até 06 (seis) parcelas mensais, 60% (sessenta por cento) para parcelamento em até 12 (doze) parcelas, e 40% (quarenta por cento) para parcelamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas (art. 7º), na forma disciplinada nos artigos 2º ao 12º do projeto.

A justificativa da pretensão se encontra estampada na Mensagem Legislativa nº 022/2023 (fl. 01), que encaminhou o Projeto, na qual o Sr. Prefeito Municipal, dentre outras coisas, aduziu o seguinte:

**“... O objetivo do presente projeto é possibilitar aos contribuintes que possuam débitos com o Município, referente aos Imposto Sobre a propriedade Predial e Territorial – IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria, Contribuição de Iluminação Pública, multa resultantes do exercício do poder de polícia, Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon e Pro-Moradia, possam aderir ao Programa Refis 2021 de modo a regularizarem as respectivas situações, por meio de redução das multas e juros, com pagamento em cota única ou parcelamento dos débitos em até 24 (vinte e quatro) parcelas...”**

É cediço que a cobrança da dívida ativa constitui requisito de responsabilidade da gestão municipal, não podendo os entes públicos, neste caso o Município, deixar de cumprir as

atividades de seu cargo, sob as penas da lei, que no caso consta do art. 30, III, da CF e do art. 11, da LRF, sendo que os entes públicos que deixarem de tomar as providências necessárias para a efetiva arrecadação dos impostos ficam proibidos de receber transferências voluntárias.

Portanto, o Prefeito, se não promover a arrecadação e cobrança dos tributos instituídos por lei, pode vir a ser enquadrado no art. 4º, VII, do DL nº 201/67, punível com a cassação do mandato.

*"In casu"*, o Programa de Recuperação Fiscal, concedendo anistia de multas e juros de até 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros de mora incidentes sobre os créditos do Município, **implica em renúncia de receita (art. 7º).**

É certo que o Município pode estabelecer, por lei, regras sobre o parcelamento dos débitos, a ser feito administrativamente ou judicialmente, sendo permitido determinar o número de parcelas e o valor mínimo de cada parcela, podendo o Município, como medida de exceção, estabelecer programa de recuperação fiscal (o que é o caso em questão), criando condições especiais para quitação ou parcelamento dos débitos ajuizados ou não, sendo que tal concessão é uma iniciativa inerente a cada ente político, face à autonomia conferida aos membros integrantes da Federação, porém submetida a alguns requisitos de estirpe constitucional, quais sejam: **(A) lei específica, art. 150, § 6º; (B) certificação de que a LDO permite as alterações na legislação tributária propostas na lei, art. 165, § 2º; (C) demonstrativos dos efeitos da renúncia sobre as receitas e despesas elaborados pelo autor da proposição, art. 165, § 6º.**

Além desses requisitos constitucionais, a concessão de isenção tributária (anistia) também sofrerá as condicionantes impostas pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), por encartar-se no conceito de renúncia de receita trazido pelo seu art. 14, incisos I e II e § 1º, *in verbis*:

**"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:**

**I - demonstração pelos proponentes de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio das leis de diretrizes orçamentárias;**

**II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da**

**elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.**

**§ 1º. A renúncia compreende *anistia*, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.**

**§ 2º. Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso." (grifos nossos).**

Por sua vez, a lei Orgânica do Município, em seu art. 22, estabelece que cabe à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, o que é o caso, posto que a concessão de anistia na forma pretendida compõe esse quadro de competências (art. 22, I, da LOM).

Assim, atendidas as normas prescritas na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), **por ocorrer renúncia de recceita**, poderá o Município, através de lei específica, como é o caso, conceder anistia de multas e juros, mantida a correção monetária, que se destina a assegurar o valor real dos tributos.

Verifico que, para efeitos da Lei Complementar nº 101/2000, o Senhor Prefeito **apresentou o Demonstrativo do Cálculo da Renúncia de Receita referente ao presente projeto de lei, bem como a Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro (fls. 10/14 – Anexo I),** conforme mencionado no art. 15º do projeto.

Destaco que os programas de recuperação fiscal (REFIS), objeto deste parecer, atendem aos interesses públicos, na medida em que proporcionam o recebimento espontâneo e acelerado dos créditos fiscais pelo erário público municipal, resultando na demonstração de eficiência, além de representar a economia dos gastos necessários à cobrança forçada desses créditos.

**Ante ao exposto**, entendo que cabe ao Município analisar e deliberar sobre o presente projeto e, se aprovado, inclusive alterar a LDO conforme previsto no art. 13º, uma vez que a proposição em análise, oportuna e relevante, **pode ter sua tramitação regular por atender ao que determina a Constituição Federal (arts. 150, § 6º e 165, §§ 2º e 6º) e no art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000(LRF).**

Tendo em vista a apresentação pelo Sr. Prefeito do **Demonstrativo do Cálculo da Renúncia referente ao presente projeto de lei, bem como a Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro (fls. 10/14 – Anexo I),** opino no sentido de que não haverá óbice para a

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, MT

DEPARTAMENTO JURÍDICO

implementação do programa de recuperação fiscal em comento, em razão de sua constitucionalidade e legalidade.

Salvo melhor juízo, este é o **PARECER**.

Campo Novo do Parecis – MT, 15 de Março de 2023.

**JOÃO CARLOS GEHRING JUNIOR**  
**OAB/MT 24.318 – O**  
**ASSESSOR JURÍDICO**